REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

A REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO E ENSINO NA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA E AS SUAS PERSPECTIVAS.

1981 - ANO DA DISCIPLINA E DO CONTROLO

1. ALGUNS ASPECTOS GERAIS SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO E ENSINO NA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

Na R.P.A. realiza-se uma profunda mudança revolucionária na Educação. Esta mudança está estreitamente ligada com a história da luta do Movimento Popular de Libertação de Angola. No seu programa publicado em 1956, estão formulados, entre outras, as seguintes tarefas no domínio da Educação:

- Liquidação da cultura e da educação colonialistas e imperialistas;
- Combate vigoroso e rápido ao analfabetismo em todo o País;
- A instrução pública será da competência do Estado e estará sob a sua orientação directa;
- O Ensino Primário é gratuito por um período mínimo de 6 anos.

O êxito final da luta de Libertação em 11 de Novembro de 1975, permitiu a condição fundamental para se começar a concretizar o seu programa de Educação.

O 1º Congresso do MPLA, de 4 a 10 de Dezembro de 1977, representou um acontecimento notável no domínio da Educação. O novo Ministério da Educação apresentou um projecto que foi difundido através da imprensa, durante a preparação do Congresso. Este projecto começa com uma análise das posições actuais no domínio da Educação, precisando e desenvolvendo o Programa do MPLA de 1965, no que respeita às novas condições e possibilidades. Esta nova educação é ressaltada através dos seguintes pontos:

- espírito democrático e laico;
- participação cada vez maior do Povo no domínio da educação e instrução;
- fundamento e planeamento da instrução a partir dos valores científicos, técnicos, tecnológicos e culturais nacionais e gerais;

- integração e coerência da educação e instrução;
- desenvolvimento integral e universal da personalidade.

Actualmente, procede-se a um grande esforço no sentido de se realizar todo o projecto da reformulação da Educação, única e de alta qualidade, para todas as crianças, quer nas cidades, quer no campo.

A República Popular de Angola encontra-se actualmente na etapa da Revolução Democrática e Popular. Esta tem por objectivo criar as condições políticas e materiais para a passagem à Revolução Socialista. Destes objectivos gerais da política social hão-de derivar outros objectivos e tarefas para os anos futuros, no domínio da Educação. A sua realização depende, entre outros factores, de cada contribuição concreta para o plano de estabilidade económica da R.P.A. . No momento actual isto aplica-se particulamrente ao desenvolvimento da agricultura. Com a fundação do MPLA - Partido do Trabalho -, durante os dias do 1º Congresso do MPLA criou-se um guia político-ideológico, forte e bem organizado. O MPLA/Partido do Trabalho é baseado na teoria científica do Marxismo Leninismo dirigindo e organizando o processo revolucionário, actual e futuro, da Reconstrução Nacional. Com esta Reconstrução, o Partido assegurará os avanços decisivos no processo educacional do presente e nos dos tempos vindouros.

1.1. A HERANÇA COLONIAL

O sistema de educação e instrução é, em qualquer sociedade, determinado pelos interesses da classe dominante, como reflexo e reprodutor das relações de produção existentes. Para se analisar os objectivos e a ideologia subjacente ao sistema educativo-instrutivo em Angola, na época colonial, seria pois necessário situá-lo no contexto histórico do País.

Angola foi dominada durante séculos por um País que não chegou a concluir a sua revolução democrático -

-burguesa. Com efeito, a burguesia portuguesa foi incapaz de liquidar completamente a feudalidade que se converteu em classe capitalista agrária e mesmo financeira, sobretudo pela sua associação com a burguesia, frágil e tímida, para a pilhagem colonial. Esta simbiose, não isenta de querelas, entre a burguesia e a nobreza, explica o peso que a Igreja Católica (outra reminiscência do feudalismo) teve em Portugal, como segundo poder temporal. O fascismo, já no século XX, veio apenas confirmar a tendência ao compromisso entre as duas classes dominantes.

O ensino em Portugal reflectia perfeitamente esta situação no terreno da luta de classes. O ensino não podia escapar ao peso medieval da Igreja, com o seu escolasticismo maniqueísmo filosófico. Ensino em atraso em relação à própria Europa, onde a burguesia triunfara há muito e conseguira, com maior ou menor sucesso, libertar-se da Igreja, conquistando a laicidade a partir do século XIX. Em Portugal, o período republicano não perdurou e o fascismo veio acabar com uma ou outra iniciativa mais avançada, fazendo o ensino recuar para os conceitos medievos.

Foi um tal País, com uma revolução em atraso que dominou Angola e aqui impôs os seus sistemas de educação ensino. Se estes já eram distorcidos em Portugal, mais o seri no país colonizado, pois que não reflectiam a luta de clas que se passava no país colonizado mas sim no colonizador. Ens no atrasado dum país atrasado, imposto a um povo vivendo uma lidade totalmente diferente.

Os objectivos fundamentais da escola colonial em Angola eram os de reproduzir a classe dirigente como dirigente e, por isso, o ensino só se desenvolveu, numa primeira fa onde havia concentração de população colonial, isto é, nas pr meiras cidades. À medida que a população colonial crescia e se espalhava pelo território, também o ensino cresceu. Mas sempr mais ou menos reservado aos filhos dos colonos, embora não ha vesse impedimento legal para os angolanos o frequentarem. Os pedimentos reais eram a implantação geográfica das escolas, a xigência da assimilação para frequência, e a discriminação de rigem económica, pois era necessário ter um mínimo de posses p ra estudar na medida em que o ensino não era gratuito.

A um dado momento a colonização alargou o leque de escolas primárias, pelas necessidades de desenvolver a base de exploração económica e para criar uma classe de pequenos burocratas angolanos que ajudassem a administração e o comércio coloniais. Mas o Ensino Secundário, pelo reduzido número de escolas, continuou praticamente reservado aos filhos da burguesia colonial, até ao início da luta armada.

Nas zonas rurais, o ensino era quase exclusivamente administrado pelas missões católicas e protestantes, que o faziam com o objectivo de criarem uma classe de pequenos quadros africanos, favoráveis à sua ideologia e que colaborassem na propagação do obscurantismo religioso. Foi sobretudo nas missões que a maior massa de angolanos se escolarizou. Isto unicamente para o ensino primário.

Com o início da luta armada, os colonialistas foram forçados a alargar a rede de escolas primárias e a criar escolas secundárias nas cidades e mesmo uma Universidade. É evidente que, além da necessidade de apresentar um panorama favorável ao colonialismo, para imagem sobretudo externa, este desenvolvimento do ensino também correspondia aos interesses económicos. Necessidade de uma mão-de-obra mais qualificada, necessidade de criar uma pequena burguesia africana afecta à ideologia capitalista, necessidade de formar quadros superiores no seio da burguesia colonial e da pequeno-burguesia angolana. Para exemplo basta referir que a Universidade formou quadros superiores que, em nove décimos, eram portugueses e que, em consequencia, partiram de Angola com a independência.

Além deste aspecto próprio das relações de exploraçao, que era o de, através da sabia implantação geográfica das escolas, beneficiar apenas as classes sociais que interessavam ao sistema colonial-capitalista, ha que analisar o papel da escola colonial como reprodutora de ideologia.

Como ja se viu atras, a ideologia que presidia o ensino portugues era um resultado do compromisso entre as classes dominantes, o que levava a ser retrógrado, em desacordo mesmo com os interesses da buruguesia industrial.

Em Angola esta característica do ensino português (teoricista, escolástico, numa palavra: profundamente reaccionário) era agravado por a escola pretender servir os interesses da colonização, acrescentando-lhe pois uma dimensão totalmente estrangeira. Assim é que, em Angola, nada se ensinava sobre a realidade angolana ou africana, mas apenas sobre Portugal e a Europa. Evidentemente que o pouco que se falava em África era para criar no aluno, o sentimento de que Portugal era uma grande potência e civilizada e que, por isso, qualquer revolta contra a colonização estava condenada ao fracasso. A escola tudo fazia para destruir a personalidade do colonizado, a sua tradição cultural, a sua identidade, para fazê-lo desprezar o seu próprio passado como povo e a sua organização social, de molde a torná-lo um lacaio submisso do colonialismo e um imitador servil do modo de vida e de pensar do europeu. A escola foi o principal caminho para a aculturação do homem Angolano, destinada a formar uma pequena-burguesia que fosse ideológica, política, social e culturalmente dependente dos estereotipos da potência colonizadora. Isto tornou-se particularmente notório nos últimos anos e nas cidades, em que a pequena-burguesia angolana, se em palavras era oposta ao colonialismo (uma minoria !), seguia fiel e apaixonadamente a última moda da Europa, quer alimentar, quer cultural; o gosto ostentado para uma ou outra nota da cultura africana surgindo apenas pela procura do exótico.

No escola primária, para além do conteúdo reaccionário dos programas (coloniais, fascistas, europecêntricos, católicos, anti-científicos) o próprio sistema pedagógico era propositadamente retardatário, reflectindo directamente as relações de exploração e opressão. O mestre escola era formado com a mentalidade do capataz colonial, do carcereiro. As relações estabelecidas na escola eram de opressão e de terror, para criar na criança - futuro explorado - o medo à rebeldia, a aceitação integral do administrativo ou do patrão e das regras do jogo que eles imporiam mais tarde.

Assim foi formada em especial uma classe de burocratas sempre prontos a aceitar as ordens do chefe, e a bajularem o administrador e o padre, símbolos supremos do re

gime colonial.

Quanto ao Ensino Secundário, a divisão de classes entre exploradores e explorados reflectia-se mesmo na própria estrutura. Assim existia o ramo para os filhos da burguesia colonial (o Liceu) que dava acesso directo à Universidade: neste caso, o ensino ministrado, puramente teórico e geral só servia para que os futuros quadros do colonialismo adquirissem as bases culturais para um curso superior. Para os outros foram criados ramos técnicos (comércio, Industria, Agricultura), mais práticos, tendentes à formação de trabalhadores especializados de que o colonialismo necessitava com absoluto desprezo pelo desenvolvimento espiritual e intelectual do nosso povo. A separação de classes era subtil, pois guiada por critérios puramente económicos. O filho do camponês ou do operário podia teoricamente matricular-se no Liceu. No entanto, isso raramente sucedia, pois não podia permitir-se ao luxo de estar sete anos estudando generalidades, sem a garantia duma profissão ao fim de tantos anos. E o facto da implantação dos liceus unicamente nas cidades afastava irremediavelmente deles a massa camponesa. Também era nos liceus que se criava no jovem o desprezo pelo trabalho manual e, por isso, o desprezo pelos trabalhadores, considerados sub-homens. Duma maneira grosseira, pode dizer-se que o Liceu era para os mais privilegiados e as Escolas Técnicas para os filhos dos outros, quer portugueses, quer angolanos.

O Ensino Universitário, por todas as barreiras sócio-económicas postas aos angolanos no Secundário, era quase exclusivamente preenchido por filhos da burguesia colonial, pois eram estes que terminavam o Liceu. De qualquer modo, este ensino enfermava dos defeitos gerais do ensino em Portugal com o seu teoricismo doentio e o seu reaccionarismo endémico. Os quadros formados pela Universidade de Luanda engrossam hoje as colunas dos retornados, como não podia deixar de ser.

Pode-se mesmo concluir que, na sua globalidade, a Escola Colonial de Angola serviu os interesses obscurantistas da minoria colonial e que este passado ainda hoje tem grande peso. Para exemplificar, basta referir que, na maioria dos agentes do ensino, formados na Escola Colonial ainda se

reflecte a influência do passado porque o acto da independência, em si, não altera magicamente as mentalidades.

1.2. A EXPERIÊNCIA DO D.E.C. DURANTE A LUTA DE LIBERTAÇÃO

O MPLA, no seu programa, já apontava as linhas para combater o carácter reaccionário e alienante da escola colonial, cujas características essenciais vimos atrás. Aceite o princípio da luta de libertação nacional, o MPLA criou o DEC para concretizar os princípios educacionais estabelecidos no seu programa.

Nas condições extremamente difíceis da luta de libertação, o Departamento de Educação e Cultura do MPLA conseguiu somar um certo número de experiências, no sentido de transformar a educação e ensino coloniais numa educação e ensino do tipo novo, directamente ligado à problemática da guerra contra a ocupação colonial. Lutando contra a enorme carência de quadros e de material, o DEC foi capaz de montar uma rede de escolas, nas zonas libertadas e na fronteira, que possibilitaram às crianças de regiões onde nunca tinha havido escolas uma instrução mínima e uma educação revolucionária.

A aplicação correcta da ideologia revolucionária e o próprio determinismo criado pelas condições da luta imprimiram às experiências uma orientação nova e, nalguns casos, original mesmo.

O primeiro e o principal princípio da escola do MPLA era o da sua ligação total com a luta pela sobrevivência. E aqui aparece a integração mais ampla que uma escola pode atingir dos diferentes sectores educativos: formação política, a actividade política, formação militar, actividade militar, produção de bens alimentares, ensino das ciências e da luta, recriação da vivência da guerra, da produção e da actividade política.

Todos estes elementos estavam ligados entre si: os alunos faziam actividade política na zona de influência da escola, combatendo o derrotismo, animando os guerrilheiros e o povo, activando as discussões; o melhor activista político era o professor. Os alunos e o professor produzi-

am a alimentação para si próprios. Por isso se diz que a Escola estava ligada à luta pela sobrevivência do povo, no combate político-militar, dos alunos, na defesa e produção da própria escola como célula duma sociedade em guerra e vivendo da auto-Subsistência (este facto mais real no interior que na fronteira).

O princípio da ligação dialéctica da teoria com a prática, do ensino com a produção, do trabalho intelectual e do manual, estava presente nestas escolas, pelo que se acaba de dizer. No entanto, estava completado ao mais alto grau pela participação da escola na transformação revolucionária da sociedade. Nas escolas do DEC não se aprendia apenas a fazer a revolução: participava-se activamente da Revolução, quer nas mudanças estruturais (trabalho colectivo, redistribuição colectiva)quer na mudança das mentalidades, quer na luta política de classes (como exemplo veja-se a participação das escolas no Movimento de Reajustamento e na luta contra o chipendismo).

Outro princípio que a prática ensinou foi o da descentralização de poderes a nível da escola, nascendo da própria necessidade a responsabilização dos alunos pela sobrevivência da escola como instituição. A disciplina era geralmente mantida pelos alunos e nalguns casos chegou-se mesmo a delegar em comissões de alunos a gestão dos bens da escola, em particular, alimentar. O aluno participava na escola como um cidadão participa num estado verdadeiramente democrático. As relações professor-aluno encontravam-se em fase de profunda mudança, tendendo para a democratização que a própria evolução apontava como caminho mesmo para os mestres mais retrógrados.

A arte brotou como por encantamento nessas escolas modestas de guerrilha. Os contos, as danças, o teatro floresciam ou por peso da cultura tradicional ou (no caso do teatro) por influência da formação política que foi concebida em termos novos. Para evitar a aprendizagem de fórmulas e frases que com o uso poderiam perder o sentido, o DEC aplicou à formação política a técnica dos sócio-dramas. Esta experiência ajudou a aparição dum teatro espontâneo, cambiante, sempre mais rico porque reformulado em cada apresentação pela dialéctica da acção do público sobre os actores.

O Departamento de Educação e Cultura conseguiu transformar radicalmente os programas escolares e elaborar os manuais inteiramente novos, adaptados à fase da luta de libertação. Apontou também o caminho para o ensino do futuro, ao indicar como vício fundamental do ensino colonial a sua própria estrutura que reproduzia na escola as diferenciações de classe. Assim é que o DEC concebeu um ensino secundário com um tronco comum e especializações para os ramos mais necessários para aquela fase. A correcção do vício estrutural do ensino colonial serviria mais tarde para aglutinar os estudantes na luta contra o imperialismo, por um ensino do tipo novo, democrático e unitário.

Contrariamente ao sistema escolar dualista do tempo colonial constrói-se agora na RPA, um sistema escolar único. Este compõe-se de um ensino de base de 8 anos, dividido em três níveis. O 1º Nível de 4 anos, e o 2º e o 3º níveis, de 2 anos cada.

Conforme as condições económicas, sociais, pedagógicas, culturais e técnicas e o seu desenvolvimento planificado, assim a frequência obrigatória, que agora é da 1ª à 4ª classe, passará a ser até à 6ª classe, para, mais tarde, subir até à 8ª classe. A seguir à formação do ensino de base vem uma formação do Ensino Médio que prepararó igualmente para a escola superior.

ESCOLAS PROVISÓRIAS

O que anteriormente ficou dito refere-se ao sistema de ensino para a fase de transição, o que pressupõe estruturas mais ou menos estáveis.

No entanto, a realidade nacional é a de que uma boa parte das crianças não se matricularão imediatamente com 6 anos no Ensino de Base. Há certas regiões do País em que as famílias procuram guardar os filhos em casa ou para os ocupar em trabalhos agro-pastoris ou pelo peso da tradição. Assim, é de prever que durante os próximos anos haja um número elevado de crianças com idade variando dos 10 aos 16 anos

e que não terão frequentado a Escola, ou porque as não havia ou por incompreensão do meio social.

Será inconveniente que uma criança com 12 ou 13 anos entre para a 1ª classe do Ensino de Base para ter de a abandonar ao terminar a 4ª classe, ou porque chegou à idade de ir para as FORÇAS ARMADAS ou porque casa (tradicional em certas regiões rurais), sem ter ficado com nenhuma formação profissional.

Para estes casos de crianças com idade avançada, propõe-se a criação, em particular nas regiões rurais de periferia, Escolas Provisórias com vocação agrária, e que constariam do seguinte: um ensino baseado no da estrutura da formação de adultos em semestres durante uma parte do dia; a outra parte do dia dedicada ao trabalho agrícola e artesanal; estas escolas seriam em regime de internato e poderiam também servir para resolver o problema das crianças e jovens abandonados que se encontram nos quarteis e nas cidades.

Ao fim de pouco mais de quatro anos, quando os jovens tivessem já idade de 18 anos, poderia ter uma qualificação de 6ª classe (8º semestre) e conhecimentos sólidos (teóricos e práticos) da actividade agrária. Além disso, formados pelo trabalho e pela escola num espírito novo, os alunos seriam grandes dinamizadores de colectivização da agricultura e formação de cooperativas agrárias, e veículo importante de difusão de técnicas mais avançadas nesse sector. As Escolas Provisórias rurais deveriam ser implantadas de preferência em zonas de planos-piloto de agricultura (café, arroz, algodão, etc.),

Nas zonas urbanas, o mesmo tipo de escola pode ser implantado pela reformulação das actuais "escolas de Artes e Ofícios" em que os mesmos princípios poderiam ser aplicados, mas aqui para uma formação profissional industrial.

Estas escolas, como o nome o indica, são destinadas a desaparecer poucos anos depois de que todas as crianças com a idade de ingresso no Ensino de Base assim o fizerem. As estruturas poderão então ser gradualmente aproveitadas para os tipos definitivos da escola na RPA.

Depois da Independência o número de alunos cresceu rapidamente. No 1º Nível do Ensino de Base este número duplicou de 512.942 alunos no ano de 1973,para 1.026.291 alunos no ano de 1977. O 2º e 3º Níveis do Ensino de Base também têm em 1977 cerca de 28.000 mais alunos que em 1973.Estes níveis sofreram mudanças particularmente profundas. Perderam o carácter elitista e destinam-se a proporcionar uma formação geral. O 2º e 3º Níveis assumem tarefas particulares para a orientação e preparação da formação profissional, da educação física e da formação militar. Em especial os filhos dos operários e dos camponeses terão a possibilidade, depois da formação do 3º Nível, de frequentar o ensino médio e, mais tarde, a Escola superior.

A política educacional do tempo colonial reflecte-se ainda hoje na falta de professores e na sua insuficiente qualificação. Cerca de 52% dos professores do 1º nível têm apenas a 4ª classe como habilitação. Só 7% têm habilitações consideradas mínimas para ensinar cabalmente. Faltavam ainda em 1977, 600 professores para o 2º e 3º níveis o que tende a agravar-se uma vez que o número de alunos destes níveis tende a aumentar, conforme está planeado. Para ultrapassar a falta de professores dever-se-ão formar, no mais breve espaço de tempo, cerca de 30.000 novos docentes. A formação a curto prazo e a reciclagem garantem-se através de seminários e cursos acelerados. A formação regular de professores a longo prazo está atribuída aos novos Institutos Pedagógicos.Tem vindo a modificar-se e a elevar-se entre os professores,exigências de nível, engajamento político, sentido de responsabilidade, o saber e o poder. AMBROSIO LUKOKI, Ministro da Educação da RPA caracterizou o novo professor como um quadro político e revolucionário, cuja capacidade técnica só será util se for posta, realmente, ao serviço do Povo Angolano.

Depois da Independencia de Angola empreenderam-se também grandes esforços no dominio da Alfabatização. O dia Internacional da Alfabetização tornou-se um dia festejado e num ponto alto na RPA. Encontra-se em construção um sistema de qualificação de adultos, diferenciado nas múltiplas formas da vida nacional. Este sistema deverá assegurar aos adultos ,

das cidades e do campo, uma formação complementar, posterior à alfabetização. Esta formação será apoiada nos programas da escolaridade regular, no que respeita à formação geral e também na formação profissional para obtenção dum certificado.

2. OBJECTIVOS GERAIS DA EDUCAÇÃO E ENSINO

Partindo do princípio que, na Republica Popular de Angola, o objectivo estratégico é a instalação do Poder Popular, a política educacional só se pode basear nas premissas do Socialismo Científico como ideologia e concepção do mundo, ao serviço da instalação da Democracia Popular e construção do Socialismo.

A sociedade que se pretende criar na RPA exige a formação de um Homem Novo. Em todos os domínios se deve pois proceder a um esforço no sentido de contribuir para esta formação, particularmente na Escola.

Para a concretização desta finalidade estabeleceu-se um sistema escolar estatal, laico, democrático, unificado para todo o Povo, independentemente de raça, etnia, sexo, condição social e crença religiosa, abolindo-se todas as diferenças descriminatórias entre a escola urbana e rural.

A formação desse Homem Novo vai-se realizar numa escola gratuita a todos os níveis cuja frequência tende ser obrigatória até à 8a classe, em regime de coeducação, para rapazes e raparigas jovens entre os 6 e 14 anos de idade (média ideal no futuro quando as condições o permitirem).

No processo de formação geral devem ser respeitadas as seguintes prioridades:

a) Alfabetização
b) Ensino de Base - Iniciação e 1º Nível
c) Ensino de Base - 2º e 3º Níveis
d) Ensino Médio e Formação permanente dos trabalhadores
e) Ensino Superior
f) Ensino Especial para deficientes físicos e/ou mentais

Na impossibilidade de se formularem todos os

senvolver aptidões despo tivas, contribuindo assim para a for mação integral do homem.

De acordo com os objectivos e conteúdos ado tados, devem reformular-se os métodos do ensino com base num psico-pedagogia científica marxista-leninista.

Estes métodos devem ser desenvolvidos sucessiva e periodicamente atendendo aos condicionalismos do País ao nível de cada disciplina, respeitando a idade, o meio e o nível do aluno, a fim de garantir o seu aproveitamento escolar.

A formação integral do Homem realiza-se com base nos objectivos gerais da educação simultâneamente numa educação particular em cada domínio específico.

O conhecimento deve apresentar-se como um todo, assegurando-se a inter-disciplinaridade e todos os níveis.

A Educação reveste pois dois aspectos indissociáveis: a instrução e a formação da personalidade. Através da participação do jovem no trabalho social, promover-se-á a sua formação e o desenvolvimento simultâneo do País.

Os objectivos de cada nível e de cada disciplina deverão ser elaborados a partir dos Objectivos Gerais da Educação.

A formação de base compreende um primeiro ano de Iniciação, a seguir ao qual se desenvolvem o I, II e III Níveis.

É a partir do ano da Iniciação que se prepara a criança para entrar na escola. Essa preparação concretiza-se através da iniciação e desenvolvimento da língua veicular, domínio da língua veicular que permite a compreensão do processo revolucionário Angolano, do próprio meio, dos conhecimentos científicos, etc.

É um instrumento a ser agora usado de forma diferente: não como um veículo de cultura colonial, mas como um instrumento que serve todas as áreas de conhecimento-integração em grupo e meio social, iniciação ao conhecimento da natureza, iniciação ao cálculo e à geometria.

objectivos gerais para a Educação em Angola, enunciam-se nas alguns aspectos fundamentais.

A enumeração seguinte não significa o estabelecimento de prioridades nos objectivos.

A formação deve ser Revolucionária uma formação político-ideológica com base nos princípios e no Programa de acção do MPLA/Partido do Trabalho radicada nas tradições culturais do Povo Angolano e nas aquisições culturais da fase de libertação. Esta formação político-ideológica deve realizar-se através de todas as disciplinas e actividades escolares.

A Escola deve promover uma educação militar tendente a uma melhor efectivação da luta contra a ideologia capitalista, contra o imperialismo e o neo-colonialismo e outras formas de opressão e exploração do homem pelo homem, reforçando a Vigilância Revolucionária.

Escola deve consolidar a consciência nacional, criar e fortalecer o espírito de solidariedade internacionalista, preparar para o combate ao racismo e outras formas de discriminação, através da prática do trabalho colectivo.

A fim de responder às condições e necessidades actuais e futuras do País, torna-se imprescindível uma formação geral a um nível elevado dos quadros que irão participar na reconstrução e desenvolvimento de todos os sectores da vida Nacional.

Estas exigências do processo revolucionário serão satisfeitas através de uma formação científica e politécnica e de uma preparação física.

A formação científica e politécnica devem estar profundamente associadas à prática social e às necessidades actuais e futuras do país no domínio da produção.

Com o objectivo de evitar um desiquilíbrio entre a formação intelectual e física, a formação politécnica materializa-se através de cada disciplina, nomeadamente as disciplinas de Educação Artística e Formação Manual e Técnica.

A Educação Física visa estabilizar a saúde, aperfeiçoar a capacidade de resistência e energia física e

Por este meio a criança adquire hábitos higiénicos, controlo psico-motor (grafismo, modelagem, picotagem recorte, etc,) e desenvolve as capacidades de observação, comparação, associação, diferenciação, etc,)

A formação no 1º nível deve partir do nível adquirido no ano de Iniciação, e deve assegurar a aquisição de bases capazes de grantir a continuidade da aprendizagem nos= níveis seguintes.

Este nível deve particularmente desenvolver e aperfeiçoar o domínio da lingua veicular, iniciar a educação científica, em matemática, ciências da natureza e ciências sociais, iniciar a educação artística e proporcionar o desenvolvimento físico e habilidades manuais.

O 2º e 3º Níveis devem aprofundar e ampliar a formação geral com vista ao acesso ao ensino Médio Profissional e ao desenvolvimento das capacidades do jovem para um contínuo aperfeiçoamento.

Deve proporcionar-se ao jovem meios para desenvolver a sua capacidade intelectual, para realizar um trabalho científico simples, organizar uma auto-formação, dominar uma situação nova, ligar a teoria à prática, desenvolver a sua criatividade.

A escola deve igualmente contribuir para a formação da personalidade do jovem pondo em relevo o espírito de crítica e auto-crítica, de auto-disciplina, de militancia, de participação em tarefas, de planificação e organização de acordo com as disponibilidades e o seu nível de preparação.

A execução destes objectivos da escola nova exige a participação directa dos operários e camponeses através das estruturas partidárias e das organizações de masse.

3 - PROBLEMAS E PERSPECTIVAS

Tal como já anunciámos, o membro do Bureau Politico do MPLA/PARTIDO DO TRABALHO e Ministro da Educação,

AMBROSIO LUKOKI, concedeu recentemente uma conferência de imprensa aos orgãos da informação na qual forneceu importantes esclarecimentos para, como ele próprio disse na ocasião, "uma melhor compreensão da problemática da educação e do ensino no nosso País e da necessidade das medidas especiais" que o Comité Central do nosso Partido acaba de tomar para aquele sector crucial da vida da Nação.

A questão dos professores foi, como o titular da pasta da educação a definiu, a "questão fundamental" do encontro.

Após enumerar as iniciativas lançadas pelo seu Ministerio durante o ano lectivo anterior para sensibilização, mobilização, reciclagem e formação de novos professores, "apesar de todos os esforços - sublinou Ambrósio Lukoki - a desmobilização e o êxodo têm sido uma constante" por parte dos professores, acrescentando o Ministro que "a falta de prestígio social relativa à função do professor" contribuiu para esta situação.

"Também as questões da vida, a própria questão salarial, prosseguiu - agravada pela falta de requisitos tem prejudicado o engajamento do professor, ocasionando um êxodo grande, ajudado também pela disparidade de salários e pelo aliciamento feito por outros sectores".

"Esperamos ultrapassar alguns destes problemas e obter a compreensão dos sectores da actividade nacional" disse ainda aquele membro do Bureau Politico do Partido, depois de ter também citado algumas outras dificuldades que se colocam aos professores transferidos para as Províncias, nomeadamente no dominio dos transportes e alojamento que, segundo afirmou "afecta em muito o rendimento do próprio professor".

ESTRUTURAS ESCOLARES:

Outra importante questão abordada pelo titular da pasta da educação, diz respeito às estruturas escolares existentes aos diversos níveis e à coordenação do seu funcionamento à escala nacional, à dificuldade existente quanto ao número de escolas em relação ao grande aumento da população estudantil, e

perspectivas de criação de novos estabelecimentos, e, ainda, o esforço feito pelo Ministério da Educação para dotar as escolas e os alunos dos meios materiais adequados a uma razoável aprendizagem e aproveitamento.

"(...)Não há dúvida que nós ultrapassámos de longe os números de 1977 - disse Ambrósio Lukoki, referindo-se ao aumento da população estudantil - e isto significa novos problemas que se apresentam com esse crescimento (...) No que diz respeito às escolas, o aumento de alunos no ensino de base não foi acompanhado por igual aumento das estruturas escolares (...) embora o seu número tenha crescido em relação a 1977".

O responsável da educação passou depois a expor o número de escolas existentes para os diversos níveis do ensino, após ter fornecido igualmente os dados referentes à população estudantil no País. Assim, no Ensino de Base do 1º Nível existem 11.196 escolas (das quais apenas 15% são de construção definitiva) que foram frequentadas por 1321.343 alunos; nos 2º e 3º níveis do ensino de base em que se inscreveram 102.136 alunos, as escolas são somente 124; nas Escolas Provisórias em número de 3 inscreveram-se 1.556 alunos; nos Institutos Médios e Técnicos que são apenas 5 (distribuídos por Luanda, Benguela, Lubango e Huambo) inscreveram-se 906 alunos, enquanto que em outros tantos Institutos Normais de Educação (Luanda, Benguela, Cabinda, Lunda e Uíge) tiveram inscritos 417 alunos; no INEF (Educação Física) em Luanda, inscreveram-se 140 alunos, ao passo que nos cursos da estrutura superior do ensino se inscreveram um total de 5.877,entre Pré Universitários (4.746) e Universidade (1.131), onde funcionaram os cursos de Medicina, Engenharia, Ciências, Economia e Ciências Agrárias.

NOVAS ESCOLAS

Este ano o Ministério da Educação conforme o firmou o titular da pasta, provê a abertura dos seguintes Institutos do Ensino Médio: Agrário (no Uíge), Oceanografia (Moçâmedes), Geologia e Minas (Lunda-Norte), Saúde (Bié), Estatística e Informática (Huíla) e Petróleos (Zaire), para além de novos Institutos Normais de Educação.

Normais de Educação, no Lobito e no Lubango.

As Escolas Provisórias também vão aumentar de 8, o seu número para, como disse Ambrósio Lukoki, " dar oportunidade aqueles jovens que por várias razões não tiveram este privilégio de estudar desde a tenra idade (...) adquiram os instrumentos elementares da leitura e da cultura geral ao mesmo tempo que avançam no domínio da aquisição de uma profissão no domínio agrícola ou industrial".

Acerca da edificação de novas escolas, depois de ter sublinhado que essa responsabilidade não depende do seu Ministério o responsável máximo pela educação afirmou que ele "não acompanhou todo o desenvolvimento e o seu crescimento" da população estudantil nem nesse foram efectuadas as necessárias reparações nas velhas escolas, quase todas elas em precário estado de conservação.

No que respeita às carências de material e equipamento escolar e de apoio pedagógico, Ambrósio Lukoki, depois de afirmar que o seu Ministério fez um esforço enorme, acrescentou que ainda estão por satisfazer cerca de 68% das necessidades em carteiras e de 85% em quadros pretos. No entanto conforme também disse o Ministro foram distribuídos cerca de 1.600.000 uniformes pelos alunos das escolas de base, o que, segundo aquele dirigente apresentou resultados muito positivos "não só no aspecto político, mas também termos de organização e de disciplina".

Sobre o funcionamento das estruturas do Ministério da Educação o titular da pasta disse que "se está a trabalhar para descer até às estruturas de base, a escola".

"Em termos de coordenações escolares - especificou - em termos de grupos pedagógicos de apoio ou, então de professores técnicos com uma melhor preparação ", o Ministério irá "apoiar directamente nas escolas os alunos, os professores, os elementos em que a escola trabalha, na organização e na compreensão quanto à execução de várias tarefas para o cumprimento positivo das nossas tarefas".

REFORMULAÇÃO DO ENSINO

A Reformulação profunda do ensino no nosso Pa

por forma a diferenciá-lo, principalmente no conteúdo, do
gente durante a dominação colonial, foi alvo da atenção do
nistro da Educação que afirmou sobre o assunto:

"(...)Já foi reformulada a Iniciação e a
classe e elaborados programas e manuais correspondentes a
te nível.

"Foram reformulados os programas da 5ª e da
7ª classes e editados livros de leitura e de matemática par
a 5ª, textos de apoio para o estudo da Língua Veicular da H
tória e da Geografia, e também foram feitos textos de apoio
para a 8ª classe.

"É de realçar - prosseguiu aquele membro do
Bureau Político do Partido - o facto de este trabalho não ter
ainda chegado ao seu fim na medida em que a elaboração ou
projecção de um Manual ou de um Livro precisa de um trabalho
prévio em termos de definição dos objectivos".

Sobre os novos programas que são leccionados
nas escolas Ambrósio Lukoki acentuou que "não são novos
termos de forma, mas sim com um conteúdo de acordo com as e-
xigencias da nossa Revolução e com as exigências do plano de
desenvolvimento nacional". Antes, o titular da pasta da Edu
cação referindo-se à Reformulação do Ensino Universitário em
Angola havia dito que, "não obstante o facto de a Reformu
ção não ter atingido a sua plenitude, as faculdades têm sof
do transformações no sentido de servirem como estruturas pa
a consolidação da independência política do nosso País e pa
a criação das bases materiais no sentido de se conquistar a
dependencia económica e avançar na construção da sociedade
cialista".

ALBABETIZAÇÃO

No início da sua intervenção o Ministro da
ducação referiu-se à campanha da Alfabetização em curso no
qualsalientou," o nosso Povo tem obtido resultados altamente
positivos"como consequência "da definição da política do nos
so Partido pelos seus militantes mais dedicados e, em geral
por todo o nosso Povo". Adiantou depois aquele dirigente que
de 1.319.399 analfabetos controlados em fins de 1978, estão
a estudar 662.825 e foram alfabetizados, também até final de

ano passado, 199.108 pessoas, acrescentando ainda que é preciso dar continuidade a todo este trabalho de alfabetização e permitir que os que agora foram alfabetizados possam continuar a sua aprendizagem pois, como precisou na oportunidade, "não basta aprender a ler e a escrever mas tem que se aprender a níveis superiores".

A QUESTÃO DOS QUADROS

A terminar a Conferencia de Imprensa, Ambrósio Lukoki voltou a falar da carência de professores para o ano lectivo que vai começar, enquadrando esta questão no problema geral da falta de quadros que se faz sentir no nosso País.

"A falta de professores - afirmou - tanto pode ser indicada em termos de quantidade como de qualidade", acrescentando que " podemos ter já o orgulho de dizer que o ensino de base do 1o nível está assegurado por uma maioria total de angolanos, o que já é uma vitória". O número de professores nacionais segundo disse, vai diminuindo à medida que se avança na escala hierárquica do ensino para atingir uma expressão quase nula, como referiu, no ensino superior.

O Ministro da Educação recordou então que o nosso País fará um énorme esforço para recrutar professores estrangeiros, por recurso à cooperação internacional, por forma a garantir as melhores condições de estudo a todos os angolanos, materializando assim a palavra de ordema nosso Partido de que na Republica Popular de Angola o "ensino é um direito do Povo"

O primeiro ano da Reformulação do sistema de educação e ensino terminou e há que criar imediatamente as condições para a abertura do ano escolar de 1979/80 .

Neste sentido, verifica-se que as carências que existiamm 1978 serão agravadas ao extremo limite, dada a explosão escolar que se verifica e que continuará a verificar-se nos anos próximos. As carências principais e que exigem medidas excepcionais registam-se na falta de profesores, nas dificuldades de reparações e construções escolares e alojamento para os professores. A solução de outros problemas tais como, livros, material escolar e de apoio pedagogico e equipa

mento , vai sendo encontra a pelo Ministerio da Educação, aposar das diversas dificuldades de produção com que o País se debate na generalidade nos sectores de actividade nacional.

Mas no que diz respeito a professores, alojamento e construções, não obstante os esforços até agora desenvolvidos, o problema ultrapassa completamento as atribuições e possibilidades do Ministerio da Educação e é necessário, pois, uma compreensão e esforços conjugados de outros sectores e decisões especiais imediatas de nível superior.

Quanto aos professores, que é um dos factores determinantes, as necessidades terão de ser satisfeitas a nível do País com a mobilização da Juventude,de todos os que têm habilitações para ensinar, e a nível da cooperação internacional.

Assim sendo, con iderando a importância de que se reveste a educação e o ensino para a Republica Popular de Angola:

Considerando que 1979 foi proclamado "Ano de Formação de Quadros";

Considerando as dificuldades objectivas da fase actual para solução imediata dos vários problemas que sector da educaçao enfrenta, fundamentalmente no que diz respeito a professores;

O Secretariado do Comité Central do MPLA - Partido do Trabalho decidiu:

PLANO DE MOBILIZAÇAO GERAL DE PROFESSORES NACIONAIS E RECRUTAMENTO DE ESTRANGEIROS: